

# **30 DICAS para as PEÇAS PRÁTICAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO – 2ª FASE DA OAB**

1. PARECER JURÍDICO PODE SER EXIGIDO COMO PEÇA PRÁTICA-PROFISSIONAL.
2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO SÓ CABE LIMINAR APÓS OITIVA DA AUTORIDADE COATORA - LEI 12016/09
3. MANDADO DE SEGURANÇA, HD, MI DENEGADOS EM ÚNICA INSTÂNCIA NO STJ SÓ É CABÍVEL RECURSO ORDINÁRIO PARA JULGAMENTO NO STF.
4. AÇÃO POPULAR SÓ CABE NA 1ª INSTÂNCIA CONTRA QUALQUER PESSOA DESCRITA NA QUESTÃO, MAS NÃO CABE CONTRA ÓRGÃO PÚBLICO;
5. AÇÃO CIVIL PÚBLICA SÓ PODE TER OS SEGUINTE AUTORES PARA ESTA PROVA: ENTE, ENTIDADE OU ASSOCIAÇÃO;
6. MANDADO DE INJUNÇÃO SÓ É CABÍVEL FACE A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL FEDERAL.
7. AÇÃO DE IMPROBIDADE TEM A FUNÇÃO DE PUNIR O CORRUPTO PESSOALMENTE.
8. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA SE RESOLVE COM PERDAS E DANOS - ART. 35 DO DL 3365/41;
9. APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO SE RESOLVE POR PERDAS E DANOS: ART. 35 DO DL 3365/41;
10. RETROCESSÃO É UM DIREITO DE PREFERÊNCIA DO EXPROPRIADO: ART. 519 DO CC;
11. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA É UMA AÇÃO ORDINÁRIA SEM PERDAS E DANOS.
12. ADMITE-SE PROTEÇÃO POSSESSÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA;
13. AÇÃO DE CONHECIMENTO É UMA AÇÃO ORDINÁRIA PARA PROTEGER DIREITOS POSITIVADOS AO ADMINISTRADO;
14. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA SE RESOLVE POR UMA AÇÃO DE PROCEDIMENTO ESPECIAL QUE APÓS A CITAÇÃO SERÁ DO RITO ORDINÁRIO: ART. 19 DO DL 3365/41;
15. CONTESTAÇÃO É UMA DEFESA DO RÉU.
16. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO PODE ENSEJAR: RECURSO ADMINISTRATIVO, REVISÃO ADMINISTRATIVA, RECONSIDERAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E REQUERIMENTOS EM GERAL, ALÉM DE IMPUGNAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS;
17. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL TEM LIMINAR NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO STF;
18. NÃO CABE RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL DE DECISÃO TRANSITADO EM JULGADO.

19. AÇÃO RESCISÓRIA POSSUI O PRAZO DE 02 ANOS.
20. NEPOTISMO NÃO ALCANÇA ATIVIDADE POLÍTICA;
21. LICITAÇÕES E CONTRATOS É UM PRINCÍPIO EXPLÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
22. RECURSO ESPECIAL SÓ É CABÍVEL NO STJ.
23. RECURSO EXTRAORDINÁRIO POSSUI OBRIGATORIAMENTE PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL;
24. APELAÇÃO É SEMPRE CONTRA SENTENÇA DE 1º GRAU;
25. OS BENS PÚBLICOS SÃO IMPRESCRITÍVEIS;
26. ADMITE-SE AÇÃO DEMOLITÓRIA PELO MUNICÍPIO CONTRA O PARTICULAR;
27. A FAZENDA PÚBLICA UTILIZA A PRERROGATIVA DO ARTIGO 511 DO CPC NOS RECURSOS JUDICIAIS;
28. TUTELA ANTECIPADA DO ARTIGO 273 DO CPC NÃO SE CONFUNDE COM MEDIDA LIMINAR;
29. PROTESTO POR PROVAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO SE PEDE EM MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO;
30. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO É REGULADO PELO CPC OBRIGATORIAMENTE.